



1.19 • Conjuntura internacional

Sudão do Sul: independente e inevitavelmente ligado ao Sudão

Alexandra Magnólia Dias

O SUDÃO DO SUL é o segundo caso de criação de um Estado soberano em África no pós-Guerra Fria tornando-se o 193 membro da sociedade internacional a 9 de Julho de 2011. O primeiro foi a antiga colónia italiana, a Eritreia, que no pós-Segunda Guerra Mundial tinha sido incorporada na Etiópia. A exemplo do procedimento seguido no Sudão do Sul, a Eritreia na sequência de um referendo obteve o reconhecimento formal da sua independência a 24 de Maio de 1993. Tal como no caso da Eritreia e da Etiópia, as relações entre o Sudão e o Sudão do Sul longe de estarem normalizadas, são caracterizadas por retrocessos e avanços relativamente às negociações sobre as questões pendentes: a partilha dos recursos, a questão fronteiriça, a questão monetária e a definição e direitos de cidadania. Este ensaio pretende focar um conjunto de questões essenciais para o enquadramento e entendimento da trajectória do Sudão do Sul, de região do Estado sudanês ao mais recente Estado soberano em África e, dos desafios e dilemas da relação entre o Estado sucessor e predecessor, entre o Estado e a sociedade pós-conflito e entre o novo Estado e os Estados vizinhos.

A separação entre o Sudão do Sul e o Sudão era inevitável?

A questão do Sudão do Sul constitui a excepção mais do que a regra ao princípio do *uti possidetis* (o respeito pelas fronteiras herdadas do colonialismo) aplicado à criação de Estados soberanos em África no período pós-colonial. Com efeito, a Eritreia foi uma colónia italiana seguindo uma trajectória separada da Etiópia (entre 1890-1935 administrada separadamente enquanto a Etiópia permaneceu independente e durante o período de ocupação italiana da Etiópia (1936-1941) sob a mesma administração). O Sudão foi administrado enquanto condomínio anglo-egípcio entre 1899-1956, deste período data a criação de uma força militar regional (o Corpo da Equatória do Sul). A partir da independência do Sudão em 1956 o Norte e o Sul foram administrados conjuntamente; de forma autónoma entre 1972 e 1983 durante a vigência dos Acordos de Addis Abeba; e a partir de 1983 o Sul foi novamente administrado de forma conjunta com o Norte com a abolição por Nimeiry da região autónoma do Sul e da imposição de uma política de islamização forçada. Este período, de 1983 a 2005, tornaria o Sudão o palco de uma das guerras civis com maior durabilidade conduzindo a dois milhões de vítimas provocadas pela guerra civil e pela fome e a quatro milhões de deslocados. A primeira guerra que durou da independência até 1972 provocou 500.000 vítimas. Com efeito, desde a independência do Sudão apenas a década de 1972 a 1983 foi caracterizada por um contexto de paz.

O Acordo de Paz Global (APG) de 2005 marcou o fim do segundo conflito e iniciou o período de transição até que se decidisse o rumo do Sudão do Sul. Até à morte em Julho de 2005 do carismático líder, John Garang de Mabior, do Exército de Libertação do Povo Sudanês/Movimento (ELPS/M, SPLA/M em inglês) a secessão não era inevitável. John Garang apoiava a criação de um “Novo Sudão”, em que o Árabe permanecesse enquanto a língua oficial mas baseado num projecto político em que a multiplicidade de religiões e de etnias fosse reconhecida enquanto constituinte da identidade nacional e as clivagens entre o Norte e o Sul fossem reconhecidas e mitigadas. O sucessor de Garang e actual Presidente do Sudão do Sul, Salva Kiir Mayardit, representava a facção dentro do SPLA/M que apoiava a secessão do Sul.

“ [...] as duas guerras civis que opuseram o Norte ao Sul [...] tiveram na génese outras causas para além da causa económica relativa à partilha e distribuição de receitas de exploração do petróleo. ”

O referendo de 9 de Janeiro de 2011 consagrou a vontade da maioria de viver num Sudão do Sul independente. A capital do novo Estado é Juba e o Sudão do Sul está dividido em diversas unidades administrativas: dez estados, 79 municípios (*counties* em inglês) que agrupam unidades administrativas ao nível da vila e aldeia, *payams* e *bamas* respectivamente. No entanto, o Governo do Sudão do Sul passados dois anos de independência, e face ao legado de 22 anos de guerra civil, continua confrontado com os desafios de reconstrução do Estado ao nível de infra-estruturas básicas (estradas, escolas, hospitais); de extensão das instituições e agentes do Estado para além da capital e de normalização das relações com Cartum. O Sudão depois da secessão do Sudão do Sul passou de 26 Estados federados para 16 Estados federados. Para o Sudão, os dilemas de resolução de conflitos internos no seio do partido no poder, o Partido Nacional do Congresso, entre este e os partidos da oposição e de conflitos entre o centro e as regiões marginalizadas (de Darfur, do Nilo Azul, de Kordofan do Sul, do Sudão Oriental) tornam a transição para o pós-conflito incerta e sujeita a retrocessos com ramificações para o Sudão do Sul.

A criação do novo Estado do Sudão do Sul não

eliminou da equação a probabilidade de recorrência de conflito entre Juba e Cartum ou de envolvimento por parte do Sudão do Sul nos conflitos do Estado vizinho (Sudão) que continuam a opôr o centro às regiões periféricas e/ou marginalizadas.

O Sudão do Sul e o Sudão são viáveis economicamente?

Com a independência, o Sudão do Sul tornou-se um País sem acesso directo ao mar. Apesar de mais de 80% das reservas de recursos petrolíferos se situarem no território sob soberania do Sudão do Sul, o Estado sucessor continuou dependente do Sudão em termos das infra-estruturas: oleoduto, refinarias e dos serviços do Porto Sudão para acesso ao mercado internacional para exportação de petróleo. A fronteira internacional entre o Sudão e o Sudão do Sul perfaz 2.000 quilómetros, com a República Centro-Africana 1.360 quilómetros, com a República Democrática do Congo 630 quilómetros, com o Uganda 435 quilómetros, com o Quênia 232 quilómetros e com a Etiópia 1.000 quilómetros. Contra todas as expectativas devido à escalada de rivalidades e de desconfiança entre os governos de Juba e de Cartum, o Sudão do Sul decidiu encerrar de forma abrupta a exploração de grande parte dos poços de petróleo em Janeiro de 2012, interrompendo o escoamento de petróleo pelo oleoduto do Sudão devido ao desacordo entre as partes relativamente ao valor cobrado por Cartum por este serviço. Esta interrupção da produção de petróleo por um período de nove meses teve um prejuízo mensal estimado em 650 milhões, uma perda para além da capacidade do recém-Estado do Sudão do Sul já que 98% das receitas do governo são geradas a partir da exploração de petróleo. Os custos estimados de construção de um oleoduto alternativo para a África Oriental, eventualmente ligando o Sudão do Sul ao porto de Lamu (Quênia), Djibouti ou Kinshasa (RDC), rondam os 1,5 mil milhões de dólares e este será sempre um projecto de médio a longo prazo. A dependência mútua subsiste para além do comércio no sector petrolífero, incluindo o comércio de outros bens, o movimento de pessoas, nomeadamente os movimentos sazonais de grupos pastoralistas em busca de água e de pasto nas áreas fronteiriças ou no Sudão do Sul. A interrupção de produção de petróleo por parte do Sudão do Sul conduziria à escalada da crise até quase ao ponto de reiniciar a guerra entre o Sudão e o Sudão do Sul. Em Março de 2012, o Sudão do Sul decidiu ocupar Heglig, uma das poucas áreas sob jurisdição do Sudão aonde se produz petróleo. Tal resultou na interrupção da produção de petróleo do Sudão. Sob pressão internacional o Sudão do Sul retirou as suas forças de Heglig mas as negociações entre as partes

só foram retomadas em Addis Abeba em Junho de 2012. Em Setembro de 2012, um conjunto de acordos foram assinados abrangendo: as questões de segurança, o enquadramento do estatuto de residentes estrangeiros; questões fronteiriças incluindo demarcação; comércio e outros assuntos neste âmbito; enquadramento para cooperação no sistema central bancário; enquadramento do pagamento de benefícios pós-serviços; assuntos económicos; petróleo e questões económicas relacionadas e cooperação bilateral. Para além da questão da partilha de recursos, a questão da dívida de 40 mil milhões continua pendente. Qual a parte que eventualmente será imputada ao Sudão do Sul? A questão da moeda também acarreta um conjunto de desafios. Durante o período de transição vigora uma União Monetária e um modelo de Regulação Conjunta da política monetária e cambial. Será que o Sudão do Sul exclui a opção futura de uma moeda própria? Juba deve assegurar reservas externas para assegurar moeda própria; Cartum, pela sua parte, terá de concordar com troca de Libras sudanesas por moeda forte.

O estatuto de Abyei também permanece por determinar, bem como outros pontos de contenção relativamente à fronteira. Abyei é uma zona fronteiriça sob disputa não obstante a Decisão de 2009 do Tribunal Permanente de Arbitragem que reconheceu a jurisdição do sul sobre uma área menor. O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) através da Resolução 1990 (2011) de 27 de Junho de 2011 autorizou a criação da Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), que aí permanece até ao presente, sendo a Etiópia o País que mais contribui com tropas.

A mediação sobre os pontos de contenção e Abyei tem sido liderada pela União Africana por intermédio do Painel de Mediação de Alto Nível da União Africana (PMALUA). Este último, foi responsável pelo mapa administrativo e de segurança que estipulou uma Zona Fronteiriça de Segurança e Desmilitarizada que implicou uma retirada das forças dos beligerantes de 10 quilómetros a partir da linha central.

Qual o projecto político do SPLA/M para os cidadãos do Sudão do Sul?

É importante sublinhar que as duas guerras civis que opuseram o Norte ao Sul e culminaram no APG e secessão do Sul tiveram na génese outras causas para além da causa económica relativa à partilha e distribuição de receitas de exploração do petróleo. As relações entre o Centro (Cartum) e a região do sul são essenciais para entender a emergência do movimento de insurreição e a sua legitimidade face aos cidadãos do Sul. Com efeito, a marginalização da região, a exígua presença de serviços associados ao Estado na região e a imposição forçada de um projecto de islamização ao Sul catalizaram a oposição armada de Juba *vis-à-vis* Cartum. Com maior incidência a partir de 1983, o projecto de imposição do Árabe e do Islão a todas as regiões do Sudão foi avançando excluindo a diversidade étnica e religiosa

da sociedade do Sudão. Com efeito, no Estado Sudanês falavam-se 134 línguas, sendo o Árabe a primeira língua para metade da população e a maioria era bilingue. Em termos de formação social, apesar da diversidade étnica, desde os Beja, Fours, os Dinka (estes últimos constituíam 40 por cento das Províncias do Sul, tradicionalmente eram apoiantes do SPLM/A e actualmente constituem o grupo étnico que detém maior controlo do Estado do Sudão do Sul), os Nuer, os Shilluk, o controlo do Estado foi continuamente assegurado por parte dos Sudaneses Árabes gerando descontentamento junto dos restantes grupos do Sudão e contribuindo para o acentuar de clivagens regionais.

Relativamente aos princípios de definição de cidadania até que ponto o Acordo de Quatro Liberdades de 2006 celebrado entre o Sudão e o Egipto é extensível ao Sudão do Sul? Este acordo pressupõe a liberdade de residência, de trabalho, de movimento e de aquisição de propriedade. Três milhões de Sudaneses residem no Egipto. Pode este acordo servir como modelo face ao imperativo de determinar o estatuto dos cidadãos originários do Sul no Norte do Sudão e vice-versa. De acordo com as estimativas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) até ao referendo 800.000 cidadãos originários do Sul continuavam a residir no Norte do Sudão. Antes do referendo estima-se que 200.000 tenham regressado ao Sul. Relativamente a formações de diáspora estima-se em 6.000 o número de originários do Sudão do Sul. Na sua maioria quando partiram do Sudão saíram enquanto cidadãos sudaneses. No caso do Sudão do Sul é permitida

dualidade de cidadania. No caso do Sudão os cidadãos expatriados devem pagar imposto especial de saída do País e não permite dualidade de cidadania. Para os refugiados Sudaneses em países vizinhos a questão coloca-se aquando do regresso. No Quénia estima-se a presença de 96.000 refugiados originários do Sudão.

As relações com os Estados vizinhos contíguos

Para o Sudão do Sul as relações com o Quénia, com o Uganda e com a Etiópia são primordiais. Ainda antes da independência o Quénia, o Egipto e o Uganda (desde 2005) tinham aberto representações de ligação em Juba e em outras cidades no Sudão do Sul. Da sua parte, a primeira representação do SPLM e do Sudão do Sul no estrangeiro foi aberta no Quénia (em Nairobi), no Uganda conta com duas representações em Kampala e Gulu desde 2007 e tem representações no Egipto, na Etiópia, na Eritreia, na República Democrática do Congo, na África do Sul e no Zimbabwe. Para além dos Estados da região, os Estados-membros da União Europeia ou no quadro multilateral ou bilateral estão fortemente empenhados na reforma do sector de segurança (particularmente o Reino Unido). Os Estados Unidos prestam apoio quer no plano bilateral quer por intermédio de Fundações e de Institutos em diversos programas de apoio à democratização. Por sua vez a China que com o mandato de captura emitido ao Presidente do Sudão Omar al-Bashir pelo Tribunal Penal Internacional se tinha tornado num aliado estratégico para a manutenção deste último no poder, não hesitou em seguir os passos da companhia petrolífera da Malásia, Petronas, e negociou directamente com o Governo do Sudão do Sul as condições das concessões de petróleo à Corporação de Petróleo Nacional da China. A interrupção de exploração de petróleo decretada por Juba no início de 2012 foi criticada pelos chineses, entre outros investidores estrangeiros a operarem no território.

Conclusão

As lições a retirar da Etiópia e da Eritreia para o Sudão e Sudão do Sul são, por um lado, a de que as fronteiras uma vez aceites só serão alteradas com elevado custo e, por outro lado, as trajectórias de separatismo não obliteram dependências mútuas e o isolamento do Estado sucessor relativamente ao Estado predecessor e vice-versa comporta elevados custos para os diversos grupos na sociedade e, em particular, para os grupos transfronteiriços. O encerramento do espaço de negociação encerra a viabilidade do projecto político de reconciliação e torna o processo de paz e de normalização refém das intransigências entre as lideranças. As opções políticas das lideranças de Juba e de Cartum face à normalização de relações entre os Estados soberanos ditará o retorno à guerra ou a manutenção da paz. 2015 constituirá um marco importante com a realização de eleições no Sudão e o anúncio de Omar al-Bashir de planos para a sua retirada da competição eleitoral. ■



Sudão do Sul. Fonte: OBSERVARE (adaptado).